



O APAGAMENTO DA MEMÓRIA CABOCLA DO CONTESTADO: CORONELISMO, MESSIANISMO COMO CAMPOS DE PODER NO ROMANCE *ELES NÃO ACREDITAVAM NA MORTE*, DE FREDERECINDO MARÉS DE SOUZA

Sérgio Roberto Massagli*¹

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

e-mail: sergio.massagli@uffs.edu.br

Resumo: Estudar a evolução dos conceitos de messianismo e coronelismo é fundamental para se compreender a relação entre os conflitos messiânicos e os pelo direito à terra. Além disso, é importante verificar como esses conceitos têm sido representados na literatura produzida sobre a Guerra do Contestado, principalmente no gênero romance, levando-se sempre em consideração as especificidades do texto literário. Este trabalho analisa o primeiro texto ficcional cronologicamente escrito sobre o conflito do Contestado, a fim de verificar como este romance tratou a disputa territorial da região do Contestado e o tabuleiro que se configurou a partir do intrincado jogo de forças entre o nascente capitalismo e os coronéis de um lado, e o messianismo e os caboclos de outro.

Palavras-chave: Contestado. Coronelismo. Messianismo. Memória.

The Erasure of The Caboclo Memory of The Contestado Region: Coronelismo, Messianism as Fields Of Power In The Novel *Eles Não Acreditavam na Morte*, By Frederecindo Marés de Souza

Abstract: Studying the evolution of the concepts of messianism and *coronelismo* is essential to understand the relationship between messianic conflicts and conflicts over land rights. In addition, it is important to verify how these concepts have been represented in the literature produced about the Contestado War, especially in the novel genre, always taking into account the specificities of the literary text. This work analyzes the first fictional text chronologically written about the Contestado conflict, in order to verify how this novel dealt with the territorial dispute in the Contestado region and the chessboard that was configured from the intricate game of forces between the incipient capitalism and the colonels on one hand, and messianism and caboclos on the other.

Keywords: Contestado; Coronelismo; Messianism; Memory.

¹ Doutor em Estudos Literário pela UNESP, com pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas de Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.



Introdução

Na região do oeste catarinense e sudoeste do Paraná, desenrolou-se um litígio político e social que acabou se configurando em um dos capítulos mais sangrentos da história do Brasil: a Guerra do Contestado, um evento histórico complexo que envolveu religião, política, exploração econômica e disputas territoriais. Foi um desses episódios trágicos da história que até hoje inquieta os mortos, uma vez que estes “não estarão em paz se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2010, p. 224-225). O evento ocorreu em uma região localizada próxima às fronteiras atuais dos estados do Paraná e Santa Catarina e foi marcado por acontecimentos violentos devido a sua situação de fronteira, aos movimentos migratórios de colonização e à ausência do poder regulador do Estado. Somou-se a isso a influência subterrânea da religiosidade popular que, em face de uma situação de precariedade econômica, social e institucional, contribuiu para dotar o movimento dos insurgentes de um forte sentido messiânico.

Devido às dimensões trágicas da Guerra do Contestado, espanta o fato de ela ter sido esquecida. Nas décadas subsequentes aos eventos, pairou um silêncio a seu respeito. As gerações mais recentes, mesmo aquelas que cresceram e se formaram nas regiões do entorno onde a guerra ocorreu, permaneceram sem receber informações sobre o conflito na educação formal. Ainda hoje esse acontecimento histórico continua à margem dos manuais de História do Brasil, não obstante o trabalho de muitos estudiosos em manter a sua memória viva, procedendo a um intenso trabalho de revisão das contribuições realizadas pela historiografia mais tradicional.

Contra tal esquecimento viu-se eclodirem, nas últimas décadas, produções de cunho artístico e acadêmico que paulatinamente começaram a revisar as versões espetaculares e idealizadas da guerra, principalmente a versão da historiografia tradicional – fonte maior na formação da memória oficial sobre o Contestado. Esta considerou a guerra “necessária” e mostrou empatia com os vencedores, tratando suas ações como “verdadeiras” e “justas”, ao mesmo tempo em que tratou os sertanejos como rudes, analfabetos e fanáticos.

Via de regra, os movimentos messiânicos no Brasil foram movimentos organizados por populações caboclas e camponesas em torno de figuras e ideias messiânicas na luta



pelo direito à terra². Outra característica comum foi o fato de terem sido combatidos com extrema violência pelas forças do Estado a mando de oligarquias latifundiárias locais. Pode-se dizer que nestes embates, em polos opostos, estiveram os líderes messiânicos e os coronéis, como forças capazes de catalisar e organizar os interesses e objetivos de lado a lado.

Assim, estudar a evolução dos conceitos de messianismo e coronelismo ao longo da história é fundamental para se compreender a relação entre os conflitos messiânicos e as disputas pelo direito à terra, que ao longo da história tem sido mal compreendida ou deliberadamente distorcida ao exagerar o caráter religioso e espiritual desses litígios em detrimento das reivindicações fundiárias, de cunho material. Além disso, é importante verificar como esses conceitos têm sido representados na literatura produzida sobre a Guerra do Contestado, principalmente no gênero romance, levando-se sempre em consideração as especificidades do texto literário.

Para tanto, diante da vasta produção romanesca sobre o tema, optou-se por selecionar o primeiro texto ficcional cronologicamente escrito sobre o conflito do Contestado, na tentativa de verificar como este romance tratou a disputa territorial da região e o tabuleiro que se configurou a partir do intrincado jogo de forças entre o nascente capitalismo e os coronéis de um lado, e o messianismo e os caboclos de outro. Trata-se do romance *Eles não Acreditavam na Morte*, de Fredericindo Marés de Souza, publicado postumamente em 1978, mas datado de vinte anos antes, 1958; portanto, anterior a *Casa Verde* (1963), de Noel Nascimento, o primeiro publicado sobre o tema. A análise desse texto se dará a partir das relações interdisciplinares do discurso literário com o historiográfico, a fim de contribuir para uma leitura crítica da presença do messianismo e do coronelismo nas narrativas literárias envolvendo a Guerra do Contestado.

Considerações Iniciais: O Romance Como “Livro De Vida”.

No processo de revisão histórica da Guerra do Contestado, entra em cena o trabalho de duas áreas que lidam com a releitura e reescrita da memória: a História e a Literatura. O interesse pela revisão historiográfica surge no meio acadêmico com os trabalhos sobre a influência de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965), que marcam o início da mudança na

² Sobre este tema, Maria Izaura de Quiroz, já em 1965, faz um extenso levantamento destes movimentos em sua obra *O messianismo : no Brasil e no mundo*.



maneira de abordar a Guerra do Contestado, não mais centrada nas teorias das ciências sociais da segunda metade do século XIX – em especial no determinismo biológico, no racismo e no evolucionismo vinculado a questões sociais; de Maurício Vinhas de Queiroz (1966), que adota uma linha de abordagem ligada à sociologia marxista e aponta como motivo principal do conflito a organização social e econômica da região; de Duglas Teixeira Monteiro (1974), que, ao analisar o conflito, articula o plano social com o simbólico; e Marli Auras (1984), que, a partir do pensamento de Antonio Gramsci, analisa o conflito como uma forma de luta dos caboclos contra a nova ordem capitalista.

Na Literatura, com fundamentos na História, encontram-se várias obras de romancistas que em momentos distintos dedicaram-se a escrever sobre episódios envolvendo a Guerra do Contestado, como: *Casa Verde* (1963), de Noel Nascimento; *Geração do Deserto* (1964), de Guido Wilmar Sassi; *Eles não Acreditavam na Morte* (1978), de Fredericindo Marés de Souza³; *O Jagunço - Um episódio da Guerra do Contestado* (1978), de Fernando Osvaldo de Oliveira; *Império Caboclo* (1994), de Donald Schüller; *Os Rebeldes Brotam da Terra* (1995), de Alcides Ribeiro J. da Silva; *O Bruxo do Contestado* (1996), de Godofredo de Oliveira Neto; *O Dragão Vermelho do Contestado* (1998); *Glória até o fim - Espionagem Militar na Guerra do Contestado* (1998), de Telmo Fortes; *Chica-Pelega do Taquaruçu* (2000) de Cirila de Menezes Pradi; *O Reino místico dos pinheirais* (2011), de Wilson Gasino, entre outros. A produção romanesca vem, pois, ao longo das últimas décadas desempenhando um importante papel em resgatar e manter viva a memória do Contestado, constituindo-se em instrumento fundamental de denúncia contra aqueles que construíram e/ou autorizaram interpretações preconceituosas da história, responsáveis por estigmatizar e marginalizar milhares de sertanejos que reivindicam sua terra, sua memória, sua cidadania, enfim, seus direitos humanos.

Sendo um dos gêneros literários mais aptos a empreender a tarefa de representar o mundo e ser o “livro de vida” (Jacques Rancière, 1995), o romance transformou-se, sobretudo a partir do séc. XIX, na mais importante e mais complexa forma de expressão literária dos tempos modernos devido ao alargamento contínuo do domínio de sua temática, ao interesse pela psicologia, pelos conflitos sociais e políticos; ao ensaio de novas técnicas narrativas e estilísticas. De uma narrativa de entretenimento, sem grandes ambições, o romance voltou-se para o estudo da alma humana e das relações sociais, para

³ Foi publicado postumamente, em 1978, mas é datado de vinte anos antes, portanto anterior a *Casa Verde* (1963), de Noel Nascimento, e *Geração do deserto* (1964), de Guido Wilmar Sassi.



a reflexão filosófica, para a reportagem, para o testemunho polêmico etc.

Ao lado desse alargamento temático, Seymour Menton (1993) apud Celmer (2007), ao estudar o novo romance latino-americano, observa que esse gênero vem experimentando nas últimas décadas mudanças formais e estruturais. Estas mudanças dizem respeito à apresentação mimética dos períodos históricos, subordinando-os à apresentação de algumas ideias filosóficas, segundo as quais é praticamente impossível se conhecer a verdade histórica ou a realidade, e ao caráter cíclico da história e seu caráter imprevisível, que faz com que os acontecimentos mais inesperados e absurdos possam ocorrer.

Outras características que esse estudioso norte-americano aponta são a distorção consciente da história mediante omissões, anacronismos e exageros; a ficcionalização de personagens históricos bem conhecidos, ao contrário da fórmula usada por Walter Scott e alguns de seus seguidores, em que o herói consiste em uma vivificação humana de tipos sociais, acabando por ser a figura conciliatória dos extremos; a presença da metaficção ou comentários do narrador a respeito do processo de criação; o vasto uso da intertextualidade; a presença dos conceitos bakhtinianos de dialogismo, carnavalização, paródia e heteroglossia.

Por outro lado, mas neste mesmo sentido, a nova história, conforme Peter Burke (1991), advoga por uma conciliação entre os dois métodos – o narrativo e o estrutural – em razão da dificuldade de se estabelecer uma distinção clara entre acontecimentos e estruturas. Nesta nova concepção de história, também se considera o problema da narração. Esta é avaliada não somente como um tipo de discurso que apresenta características particulares, mas, fundamentalmente, como uma forma de inteligibilidade, como uma estrutura sem a qual não seria possível apreender o caráter temporal da existência humana, nem compreender a ação dos indivíduos, configurados também sob formas narrativas. Contribuem para tais discussões as teorias de Hayden White (1978, 1979), Northrop Frye (1978), Luiz Costa Lima (1986), Roger Duby (1986), Michel de Volvelle (1987), Roland Barthes (1988), Mario Vargas Llosa (1990), Peter Gay (1990), Roger Chartier (1990), entre outros e que, em síntese, buscam evidenciar o caráter linguístico-discursivo da história, com base na “interpretação” particular do passado, que compõe o fazer da história.

Assim, a leitura em uma chave interdisciplinar do romance *Eles não acreditavam na*



morte, de Frederecindo Marés de Souza, ajuda a revelar que as representações que o romancista constrói ao redor do conflito podem auxiliar pesquisadores de diferentes campos do conhecimento a problematizar os sentidos construídos em torno de uma população marginalizada pela historiografia oficial, evidenciando a relevância documental deste romance enquanto fonte indispensável para entender as disputas pela memória histórica do Contestado. Esse cotejamento da narrativa literária como a produção historiográfica sobre o tema torna-se mais relevante quando se considera a data de sua escrita, conforme muito bem observa Marilene Weinhardt:

O volume, em edição de circulação restrita, traz uma "Explicação" do autor, datada de 1958. É evidente que uma obra só se realiza como tal no momento em que encontra seu leitor. Sem que se cumpra o circuito da comunicação, ela existe apenas em potencial. Ainda assim, comento o texto tendo em vista a perspectiva daquele ano. O fato de levar em conta o momento em que o escritor considerou seu texto por terminado faz grande diferença, particularmente em relação ao romance histórico, que depende de pesquisa documental, e mais especialmente ainda quando se trata de assunto que posteriormente mereceu estudos revisionistas (1988, p. 74).

Portanto, embora não seja mais o caso, hoje, de se falar em revisão, uma vez que abordagens de cunho histórico-sociológico dos anos 60 (QUEIROZ, 1965; QUEIROZ, 1966, MONTEIRO, 1974) já haviam relativizado a visão da história oficial, em 1958, quando o autor deu a obra por acabada, vigorava ainda uma concepção histórica sobre o evento muito calcada na visão fornecida pelos documentos oficiais e imprensa local.

O Messianismo e o Coronelismo Como Campos de Poder na Região Contestada

O messianismo é um fenômeno que, à primeira vista, se apresenta como excepcional e esporádico na história brasileira. Entretanto, quando submetido a um olhar mais atento, este avulta como fator estruturante que está na base dos graves problemas sociais, culturais e políticos do país, como causa, como meio, ou como desenlace dos conflitos entre as classes que compõem o quadro brasileiro, especialmente o agrário.

Outro fenômeno onipresente, o coronelismo, remete a um conjunto de práticas que historicamente passaram a compor um ideário que se reflete na sociedade atual por meio de atitudes de mandonismo, violência, corrupção, apadrinhamento e conchavos políticos. A literatura (bem como a teledramaturgia e o cinema nacional) é farta de representações



dessa figura. Em que pese sua forte presença na literatura nacional, em especial na do Nordeste, pouco se estudou o coronelismo na perspectiva literária, apesar de ser tema frequente em estudos sociológicos e históricos. Os poucos estudos existentes privilegiam, portanto, a região nordeste e focam em obras de autores canônicos da nossa literatura como Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, entre outros. Como duas faces de uma moeda, messianismo e coronelismo são representações presentes em grande parte da produção romanesca regionalista e histórica brasileira, encontrando-se também presente em outras produções como o cancionero popular, o cordel, o cinema, dentre outras.

As zonas de pastoreio, extrativistas e agrícolas se estendiam entre os rios Iguaçu e Uruguai, abarcando povoados e vilas que em 1912 tornaram-se palco de conflitos violentos entre os caboclos revoltosos e os jagunços dos coronéis respaldados por tropas federais. Dentre esses povoados e vilas se destacam: Porto União, Curitibanos, Palmas, Canoinhas, Três Barras, Lajes, Caçador e Campos Novos. Como se nota, hoje são importantes cidades dos estados do Paraná e Santa Catarina. Naquele período, entretanto, era uma área sob litígio, pretendida pelos dois estados, o que gerava muita instabilidade no que tange ao registro de terras e a aplicação dos impostos. No início do romance de Frederico Marés de Souza, muito antes de eclodirem os conflitos, vemos um personagem de nome Venuto Baiano, “caboclo meão, escuraço e mui estradeiro...” (15), que se tornaria importante durante a guerra, proseando com outros caboclos:

Ele sustentava, à pena de acesa luta, uma posse entre os rios Timbó e Paciência, trato de terras, ora paranaense, ora catarinense. Chegava a medição do Paraná, Sta. Catarina se atravessava. Chegava a deste estado, aquele se opunha. Venuto, ao sabor dessas reviravoltas, virava então de um ou outro lado da enjoada questão de limites entre os dois. – Eu sou mesmo é brasileiro – dizia logo. (15)

Nesse universo sertanejo, o sistema de estratificação social era bem definido, num esquema básico de hierarquias que Maurício Vinhas de Queiroz, em sua obra fundamental sobre o tema, procura descrever: “De acordo com a terminologia vulgar assim se escalonava a sociedade sertaneja: a) Coronéis, b) fazendeiros, c) criadores, ou meio-fazendeiros, d) lavradores, e) agregados, f) peões” (QUEIROZ, 1965, p 37). Portanto, no ápice dessa estrutura estava o coronel, uma figura que teve o seu melhor momento na história brasileira durante o período da Velha República, e do qual afirma Raymundo



Faoro:

O coronel recebe seu nome da Guarda nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o coronel tradicional, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. [...] Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito (FAORO, 1997p. 621-622).

As discussões de autores como Victor Nunes Leal (1978), Maria Lucinete F (2000), Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (2004) são convergentes em ressaltar alguns aspectos que definem o status do coronel. Este título designa o grande senhor de terras que está na base da organização da República Velha, mas suas origens remontam à colonização do Brasil. A estrutura montada no poder dos coronéis busca legitimar as relações políticas e sociais como institucionais e hierárquicas, a partir do domínio do “poder local” pelas elites políticas brasileiras e legitimados continuamente como um saber dominante e imutável mantido por diversos discursos sobre o exercício do poder no Brasil. Sua história confunde-se com a do federalismo no Brasil; afinal, um país tão extenso, com uma colonização exploratória das riquezas minerais, seria dificilmente governado à distância. Daí a necessidade, desde o início da colonização, de dividir o território em capitanias hereditárias para manter o controle político sobre o país. Esse sistema não apenas influenciou o Império na organização de Províncias, como também estruturou as relações de posse da terra no interior dessas províncias.

Já na base dessa pirâmide estão os caboclos a ocupar as posições de lavradores, agregados ou peões. Os caboclos formavam uma população heterogênea naquelas paragens ermas, a disputar a terra com os bugres. O ambiente era inóspito e a vida muito dura. Frederecindo Marés de Souza assim pinta com muito realismo o caboclo:

(...) eles viviam chafurdados na terra; as mão calosa de arrancar mandioca, de colher milho, de manejar o laço, a foice, o facão; as vestes imundas das queimadas, tintas de sangue, encoscoradas de sol e chuva nas tropeadas; os pés deformados de bichos de pé, de pisotear o chão duro, os lamaçais catingentos dos mangueirões de suínos, os olhos engorgitados, a pele ressequida e acobreada das fumaceiras dos carijos e barbaquás de erva-mate; a boca desdentada, curtida dos cigarrões de palha, da goleada de pinga e do chimarrão escaldante. Viviam vida real, selvagem, primitiva, curvados sobre a terra quase virgem que lhes sustentava. Sua alegria não era mais que o gargalhar nervoso da revolta, alegria fanfarroneira e



valentona, traduzida no “aleito”, no jogo do facão, na cachola batida a cabo de rêlho, nas galopadas dos matungos nas raias; no truco violento, entremeiado de palavrões; nas cachaçadas mais violentas ainda, nos desafios de viola, nos sapateados com tamancos enguizalhados, nos velórios em que a aguardente e as cantorias abafavam ilusoriamente a tristeza e o luto, no frequente roubo ou fuga com a mulher querida ou simplesmente desejada (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 70).

É justamente um personagem caboclo, Elias Cantagalo (e seus familiares), que será eleito por Marés de Souza como o elemento norteador dos acontecimentos históricos narrados. Seu percurso ao longo do romance será o fio condutor que desfiará o novelo da trama literária. Assim, por meio dele, o leitor percorrerá um trajeto em que a ficção revela as minúcias da história da Guerra do Contestado com base na ausculta de testemunhas que realmente vivenciaram os conflitos. Logo no prefácio, o autor deixa claro seu projeto, reservando um lugar de destaque para o testemunho e a memória histórica em detrimento da fatura literária:

EXPLICAÇÃO

A tessitura desse romance regional foi-me em grande parte relatada pelos membros sobreviventes da família dos principais personagens que nele se movimentam.

Os fatos que se ligam à história, de preferência, também os colhi diretamente do povo, de pessoas que participaram dos acontecimentos.

Procurei reproduzir a narração o mais fielmente possível, inclusive usando a sua expressiva linguagem, espontânea, simples e viva. Apenas dei aos apontamentos originais, colhidos em longas palestras, nas noites calmas, de um ou outro sítio do sul do Paraná e região Contestada, forma mais literária.

Nisto, talvez andasse mal; muito mais viva, sem dúvida, e interessante é a fala do sertanejo.

Mas foi o que fiz.

Curitiba, 1958.

O autor (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 07).

Vale a pena ressaltar que esta nota explicatória de Marés de Souza revela uma noção cara ao romance que se vale do depoimento testemunhal, a de que é preciso “manter um conceito aberto da noção de testemunha: não só aquele que viveu um ‘martírio’ pode testemunhar” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 68). É também trabalho do intelectual se deter na auscultação daqueles que foram silenciados, de modo que ele, por sua vez, produza o seu próprio testemunho, já que ele é “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).



O personagem central dessa narrativa, Elias Alves, mais conhecido pela alcunha de Elias Cantagalo, por causa de suas origens, homem de devoção ao Senhor que ali, na Barra do Só, às margens do Iguaçu, para além de Porto União, foi parar depois de ter sido desalojado com seu falecido pai, Bastião, e o resto da família de outros lugares anteriormente. Após uma viagem de canoa, foram bater ali onde, à custa de muita labuta, desbastou a floresta densa e foram-se instalando:

Em terra, (Bastião) abriu a facção a picada. No ar as aleluias formigavam estonteadas pela bulha estranha. Os borrachudos agressivos esvoaçavam. Batiam-se desguaritados, sorvendo o sangue dos intrusos. O nhapindá rasgou-lhe as carnes. Ele empurrou-o com o pé. A sola do pé de Bastião, virgem de sapato, virou cascão, tal e qual carapaça de cágado. Entrou mais fundo os guapécas ganiram. Pulou do carreiro mal encoberto em disparada gordo tapiruçu quase do porte de u'a mula. Se fosse dessas antinhas, uma cambucica qualquer, nem gastava munição. Abate-o o tiro certo de sua pica-pau caçadeira. Talvez fosse a primeira descarga de pólvora ouvida naquelas margens do Iguaçu. Alcançou, meio engatinhando, o cocoruto de barranca íngreme, livre das enxurradas. Desbastou à foice o lugar do pouso. Atorou forquilhas de canela e levantou o girau. Cobriu tudo de palmas de jerivá. (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 17)

E ali o tempo passou e Elias Cantagalo agora vivia com sua mulher e filhos, e um agregado, o velho balseiro Aleixo, onde era possível avistar, por trás de uns pinheiros, num gramado limpo, as choupanas de rachões de pinho, cobertas de tabuinhas da mesma madeira, no centro a bandeirola em cores de São Sebastião a tremular no mastro de pinheiro desganhado. Lugar ermo e esquecido dos homens. De tempos em tempos passava algum mascate, algum curandeiro, até mesmo passou por ali o monge João Maria. Assim é descrito o sítio de Elias Alves:

Compunha-se o sítio apenas do casebre, ligado ao puxado da cozinha. Mais o paiol e o carijó de fazer erva. Malgrado testemunhar fruto de bruta energia humana, dava impressão morta, ideia de isolamento, de banza solidão, como a justificar o batismo: sítio da Barra do Só, ou na rima pícara dos cantadores: "Três pinheiros da Barra do Só onde dá pouca gente e sobra socó..." (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 15)

Só nos tempos de puxirão esse isolamento era rompido. A convite vinham de mais de três léguas ao redor vizindários para a ajuda na colheita. O sábado e o domingo seriam então dias de suor: o primeiro na enxada e o segundo no baile. No trabalho coletivo do puxirão os Cantagalo encheriam o paiol de milho catete, feijão guarumbê, aboboras e melancias, sob o calor do sol e da cachaça preparada com guaco. Na manhã seguinte os



puxirãozeiros cairiam no fandango.

Assim como Elias Cantagalo, milhares de outros caboclos que compunham a base dessa sociedade sertaneja desbravaram aquela terra selvagem, enfrentando toda sorte de perigos, para constituir nas condições mais difíceis e imagináveis as suas pequenas propriedades, para dali tirar a sua subsistência, ou colher e torrar o mate para vende-lo a preço vil às empresas comerciais. Outra característica comum a todos eles era a de não ter o documento da posse de suas terras, podendo a qualquer momento ser expulso por alguma empresa imobiliária, como a Lumber, a Hansa, a Piccoli e a Hacker, ou por coronéis locais e seus apaniguados. Em suma, tratava-se de uma prática comum de todos aqueles que possuíam alguma influência sobre os governos estaduais: “Àquela época denominavam-se *bendengós* largos tratos adquiridos por preços irrisórios aos governos estaduais e que, depois de expulsos os posseiros, eram logo passados adiante ou permaneciam incultos, à espera de ocasião mais propícia para a venda” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 79).

Portanto, a passagem da condição de posseiro para a de despossuído passou a ocorrer com mais frequência e era normalmente acompanhada de muita violência. Desde a Proclamação da República e a modernização das relações tradicionais de produção com a chegada dessas empresas, deteriorou-se o tecido social por muito tempo montado na estrutura descrita por Vinhas de Queiroz e conservada pelo instituto do compadrio.

O Verbo Encantado dos Monges Messiânicos Contra O Desencantamento do Mundo

Nesta hierarquia apresentada por Vinhas de Queiroz não aparece a figura do líder messiânico por razões óbvias. Primeiro, sua aparição é esporádica e não se vincula às relações materiais dessa sociedade. Segundo, dada a sua natureza espiritual e transcendente, não se deixa medir fixamente por uma escala. Agindo exclusivamente por meio de seu poder pessoal, coloca-se acima da hierarquia social, desautorizando-a ou subvertendo-a, pois, conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz, a partir de descrições de Max Weber e Paul Alphantery,

(...) o messias é alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do Paraíso Terrestre, tratando-se, pois, de um líder religioso e social. O líder tem tal status não porque possui uma posição dentro da



ordem estabelecida, e sim porque suas qualidades pessoais extraordinárias, provadas por meio de faculdades mágicas ou estáticas, lhes dão autoridade (...) (QUEIROZ, 1965, p. 05).

Portanto, dotado de um poder excepcional graças ao seu carisma, o líder messiânico se tornava apto a disputar com o coronelato a ascendência sobre a população cabocla. Em outra passagem do romance de Frederecindo Marés de Souza, na sequência da citação logo acima em que descreve o caboclo enfronhado na labuta com a terra, emerge uma descrição em direção oposta com a finalidade de mostrar o universo místico do caboclo como terreno propício para o surgimento da figura do líder messiânico.

Mas se o corpo vivia grudado à gleba, orvalhado das madrugadas e dos serenos da noite, num mundo realíssimo e ingrato, ao erguerem a cabeça viam-se cercados de gênios e duendes, de demônios cruéis e santos vingativos, num universo fictício, à margem da lógica, fora do mais singelo raciocínio, além do real e do verdadeiro. As profecias místico-heróicas avassalavam seu espírito aterrorizado pelo medo do castigo e por um exagerado sentimento de culpa. Tudo em suas mentes rústicas tomava aspectos de tragédia. Procuravam salvação em amuletos, nos bentinhos, nas rezas que lhes fechavam o corpo contra a cadeia, a emboscada, a morte. Descriam sincera e absurdamente em seu fim terrestre. As profecias atribuídas aos chamados monges desencadeavam-se sobre eles com a força contagiante das grandes epidemias ceifadoras de vidas, grassavam como outrora ao cólera-morbo, a febre-amarela, a bexiga, atirando-os num delírio coletivo, no mais irracional fanatismo (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 70).

Deste modo, a terra era fértil e a semente já tinha sido plantada nas dobras do tempo. Adivinhos, puxadores de reza, capelães leigos, penitentes, entendidos, curandeiros, benzedores, profetas, monges, santos desde há muito haviam impregnado a imaginação daquele povo com curas, milagres, promessas e profecias. É preciso entender que estes homens e mulheres que se dedicavam a essas especialidades” (uns se dedicavam mais a atividades religiosas, outros a práticas mágico-medicinais) eram importantes agentes daquela sociedade arcaica e patrimonialista. Por meio desses agentes, buscava-se alcançar num plano sobrenatural o que lhes era negado no plano das relações materiais. Os mais importantes, cujas figuras se destacaram e se confundiram nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, foram os monges João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria.

Segundo Eloy Tonon, com o novo regime republicano, os laços paternalistas existentes entre os sertanejos e os coronéis afrouxam-se de forma significativa e rápida,



especialmente após a penetração de forças capitalistas, representadas pela americana *Brazilian Southern Railway* na construção da estrada de ferro, com início em 1908, e instalação de madeireiras, em 1911 (TONON, p. 276). Agora, o coronel mantinha ainda um pé no mundo sertanejo, cumprindo os compromissos pessoais do compadrio, e um pé no mundo dos negócios, em que prevaleciam os interesses econômicos. O problema é que doravante essas relações entre dominantes e dominados seriam orientadas por dois princípios opostos: de um lado, o compromisso moral imposto pela tradição, que impunha um laço de lealdade entre o coronel e seus afilhados; de outro, as ligações por interesse, que foram se impondo por força do capital e esgarçando o tecido social que por muito tempo manteve coesa uma estrutura de dominação naquela área.

Duglas Teixeira Monteiro chama esse processo de desnudamento das relações materiais subjacentes a essa sociedade e até então ocultadas pelo instituto quase religioso do compadrio de desencantamento do mundo sertanejo. Ele argumenta que a crise gerada pelo desencantamento do mundo, somada à decadência da instituição do compadrio, fará eclodir um movimento gestado havia gerações por correntes subterrâneas sustentadas em uma crença que “tinha deixado de ser apenas um lastro profundo da consciência coletiva, repontando eventualmente na pregação dos expoentes do catolicismo rústico, para se tornarem um dos pontos de apoio ideológico na compreensão do tempo presente e na fundamentação da esperança” (MONTEIRO, 2011, p. 97). Assim, a crise do compadrio, como mecanismo de consenso e ocultação das relações de coerção e exploração, ocasionada pelo desencantamento do mundo, levará ao movimento de resistência da população cabocla em busca da restituição da ordem antiga e do reencantamento do mundo.

O movimento messiânico que se formou na região contestada teve, portanto, esses três expoentes mencionados. Eram, na verdade, homens simples, de devoção católica, benzedores, que receitavam remédios e faziam profecias. Duglas Teixeira Monteiro, em *Errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado* vai dizer que “A história do catolicismo rústico no Contestado está ligada de forma definitiva às peripécias e às lendas de alguns *monges*, beatos, rezadores e curadores itinerantes cuja passagem pelo Sul do Brasil deixou marcas visíveis até os dias de hoje (MONTEIRO, 2011, p. 91). O narrador do romance de Marés de Souza vai dizer que a peregrinação de monges pela região do Contestado não era novidade: “Eram eles curandeiros aureolados de um quê



misterioso que, quando menos se esperava, apareciam nas vilas, povoados e sítios mais remotos. Dois deles, em geral, fundidos e confundidos em um único personagem, conseguiram impressionar indelevelmente a alma sertaneja” (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 49). O problema, portanto, é que houve dois com o nome João Maria naquela área em tempos próximos e que deste fato a população nunca teve uma consciência clara.

O primeiro deles, São João Maria de Agostini, foi o que precedeu e anunciou a eclosão do messianismo naquelas paragens. Diz-se dele que “mais ou menos desde que acabou a guerra do Paraguai, vivia perambulando pelos caminhos do sertão, entre o Rio Grande e o sul de Mato Grosso, particularmente naquela área de campos abertos e florestas de araucária onde nascem os formadores do Iguaçu e do Uruguai...” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 45). Vindo da região do Piemonte, na Itália, onde nascera em 1801, apareceu em Sorocaba nos fins de 1844, de onde desceu para o Sul, atravessando a pé toda a região dos campos gerais curitibanos. De sua peregrinação restam muitos lugares, como a Lapa, que ainda hoje são centros de romaria para seus devotos. Assim vem descrito no romance:

O primeiro, entretanto, a despertar a atenção, surgiu, nos meados do século passado, hirsuto, de cajado e burel, na fazenda Santa Clara, perto de Caicanga, no roteiro do caminho para o sul, como ente sobrenatural, a fugir do convívio dos homens. Desconhecido, seguia, escoteiro, obstinado, indiferente pelas trilhas sem fim (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 49).

O segundo João Maria, cujo nome verdadeiro seria Atanás Marcaf, tinha sotaque estrangeiro e era provavelmente de origem síria. Assim descreveu-se ele em entrevista com o frei Rogério Neuhaus:

- Eu nasci no mar, criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos que tive um sonho percebendo nele claramente que devia caminhar pelo mundo, sem comer carne nas quartas-feiras, sextas feira e sábados, sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente (NEUHAUS, in SINZIG, 1939, p. 157).

Este desapareceu nos primeiros anos do século XX.

No dia vinte e sete de setembro de 1912, um jornal de Florianópolis registrou em suas páginas: “Desde João Maria, as gentes do interior estão esperando um outro messias” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 79). E eis que, neste mesmo ano de 1912, um curandeiro de ervas de nome José Maria, apareceu no município de Campos Novos, onde meses antes julgavam que havia ressurgido o monge João Maria. José Maria é o messias da Guerra do Contestado que interessa neste trabalho, pois é ele quem vai catalisar as insatisfações



daquela população cabocla em um momento de ameaça de perda não apenas de suas terras, com a desapropriação levada a cabo pelas multinacionais Brazilian Southern Railway, responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, e pela sua subsidiária Southern Brazil Lumber and Colonization, encarregada da exploração da madeira da região e da venda das terras para imigrantes colonos europeus, mas também de ameaça da perda de sua cultura e sua identidade com a chegada dessa modernidade capitalista e seu efeito corrosivo em seus valores e crenças. Duglas Teixeira Monteiro vê, nesse momento, um processo de desencantamento do mundo, no qual a ordem de dominação vigente falha em proteger essa população, condenando-a ao desenraizamento e à errância.

É, portanto o terceiro monge, José Maria, que aparece como personagem no romance de Fredericindo Marés de Souza como guia e salvador para o povo sertanejo daquela região, representado pela família de Elias Cantagalo, um posseiro que vivia enfrontado nas encostas do rio Iguaçu, vivendo da extração da erva-mate e da cultura de subsistência. A certa altura da narrativa, Elias desloca-se com a mulher e a filha doente para os lados de Irani, onde o monge curandeiro se encontra: “A fama do novo João Maria espalhara-se soprada pelo vento da crença. Só se falava bem dele, dos seus prodígios. Elias Cantagalo animou-se a levar a filha a sua presença sem mais tardança, antes dele sumir-se nas dobras do sertão, segundo costumava” (MARES DE SOUZA, 1978, p. 79).

Sobre o novo santo, Elias logrou obter informações sem muito buscar. Fatos extraordinários lhe eram narrados por gente de sua confiança:

Sabia-se, de certeza, que suas rezas, seus remédios, tiraram da cama uma senhora desenganada da fazenda dos Almeidas, em Campos-Novos. O Tristão, posseiro em Vacas Brancas, bem seu conhecido, entrevado de anos e anos, graças a mesinhas suas, largara longe das taipas as muletas. Outros sucessos confirmavam o seu dom estranho. Ora um possesso se acalmava, um sofredor de mal nas cadeiras se curava. Ora um asmático, com uma única garrafada, passava a puxar o fôlego no compasso certo. Garrafada, raciocinava Elias, qualquer piveta ministra, mas reza com força milagrosa, só os enviados de Deus. Moça desenganada ficara sãzinha. Sã de ajudar com linda voz as orações cantadas no Quadro Santo de Taquaruçu. Por fim, contavam, levantou moça morta de cima da mesa: um grande milagre (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 79).

Receitas de ervas e curas eram uma faceta importante na aceitação da autoridade desses monges, mas não eram suficientes. Era preciso que o messias demonstrasse o poder de sua palavra encantada. No trecho acima, há dois fatos mencionados na narrativa de



Marés de Souza que são confirmados por fonte de Maurício Vinhas de Queiroz:

Em pouco tempo o novo personagem adquiriu nomeada. Uma fonte nos fala do *milagre-sinal*: teria ele conseguido, na presença de testemunhas, fazer voltar à vida uma jovem que todos davam por morta, na verdade em estado cataléptico. Não há confirmação para o episódio. De qualquer modo, todas as referências consideram de importância crucial, para o renome que adquiriu José Maria, ter curado a mulher do velho fazendeiro Francisco de Almeida, desenganada por outros médicos (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 79).

José Maria, que Mauricio Vinhas Queiroz chama de “o Messias caboclo”, além de ter seu passado obscurecido pela falta de informações com a qual ele contribuía, seu comportamento e sua maneira de ser permitiam apenas que ele se identificasse e fosse identificado *parcialmente*. Uma coisa era certa, não era um curandeiro vulgar, sabia ler e portava cadernos, nos quais anotava as propriedades medicinais de numerosas plantas da flora serrana, e livros, o que levou a população a chamá-lo de “Doutor de tamancos”. Embora, na imaginação do povo, José Maria se confundisse com os monges que lhe procederam, quanto ao seu aspecto físico se diferenciava muito dos dois anteriores, o italiano João Maria De Agostini e o semita Atanás Marcaf. No romance, essa diferenciação em relação ao messias anterior é assim posta por Marés de Souza:

O povo, em sua crença, fechava os olhos e os ouvidos à realidade. Fundia os chamados monges em um só, embora fossem muito diferentes: João Maria de Jesus, o beato antigo, tinha porte alto, olhos azuis, aloirado como um gringo, enxuto de carnes, forte pelame no rosto, nas orelhas, no busto, parco de palavras. Este seu irmão espiritual era retacão, de boas carnes, algo papudo, pardo, cor de cuia, desenvolto no prosear, capenga da esquerda. Por mancar, passava deitado o quanto lhe deixavam os fiéis, e, ao inverso de João Maria, grande andarilho, preferia andar montado em bons pingos.

As feições do primeiro recordavam o tipo semita, ou mesmo eslavo, com sotaque portenho e jeito de estrangeiro. Ao passo que as feições de José Maria eram berrantemente nativas, com leve pinta africana, olhos pretos, vivos e puxados, cabelos negros levemente crespos, um refinado mulato brasileiro (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 118).

Nota-se em sua figura, portanto, um ingrediente racial importante. José Maria compartilhava com a população cabocla a sua cor (de cuia, que sugere um marrom escuro) e a sua cultura. Uma teoria acerca de sua origem é que seja oriundo dos campos do Irani. Encontramos essa informação em Vinhas de Queiroz, “Quando, mais tarde os tempos vieram a se complicar em Curitiba, ele decidirá partir para o Irani, dizendo aos amigos: *Vou para junto de minha gente*” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 82), e também em



Marés de Souza, “Assim contrafeito seguiu viagem para os campos de Palmas, pertencente ao Paraná, seus velhos conhecidos, onde fizera obscuramente sua primeira aparição” (MARES DE SOUZA, 1978, p. 110).

Os Festejos de Taquaruçu e a Formação dos Quadros Santos: O Levante Caboclo

Uma forma de ver o fenômeno do messianismo é a de que ele se apresenta como uma tábua de salvação para as populações que se encontram à margem da sociedade, desassistidas pelo Estado e pela Igreja, enfim, relegadas à própria sorte. Em parte, foi isso que se deu nos tempos de crise do Contestado. Nos momentos que antecedem a eclosão do conflito, por ocasião das festas de São Bom Jesus, em 6 de agosto de 1912, na localidade de Taquaruçu, no município de Curitiba, um grande número de pessoas já busca a liderança de José Maria, que havia sido convidado pelos festeiros para abrilhantar a festa. Nesse momento, o beato já gozava de renome, como atesta o narrador do romance de Marés de Souza: “O prestígio do novo guia espiritual crescia hora a hora entre os sertanejos abandonados e supersticiosos. A sua influência tornou-se maior do que a do irmão João. Ele, além de curandeiro, revelava qualidades de homem de ação social, de um perfeito chefe tocado de dons espirituais” (MARES DE SOUZA, 1978, p. 109).

Essa é uma revelação importante, já que diferencia José Maria dos monges anteriores por uma qualidade valorizada num universo regido pela prática do mandonismo. Além dos atributos que lhe conferiam uma liderança espiritual, ele reunia também as qualidades de um homem de ação e isso fazia aumentar a confiança dos sertanejos na sua capacidade de liderá-los. Assim, famílias inteiras partiam ao seu encontro, abandonando suas moradias. Sem mesmo saber, e independentemente de sua vontade, aliciava simpatizantes entre os necessitados e insatisfeitos das vilas e cidades daquela área, de modo que o acampamento de Santa Cruz do Taquaruçu de Bonsucesso, organizado para a festa, cresceu com o tempo e passou a ter organização econômica, religiosa e guerreira.

Afora a Guarda do Corpo, integrada dos Doze Pares de França, formada dentro do próprio cortejo que o acompanhou de Campos-Novos, designou três comandantes da horda: o do acampamento, o da fôrma e o da reza, escolhidos entre os fiéis mais em evidência. Designou ainda para os diversos assuntos três ministros: o da fazenda, o da lavoura e o da guerra; uma pequena nação em marcha (MARES DE SOUZA, 1978, p. 109).



Assim, nos festejos de Taquaruçu, entre procissões com virgens, anjos e rezas cantadas, em um cenário que lembra as gestas medievais com um mastro com uma bandeira branca içada, tremulando a cruz verde, a Santa Cruz, que viraria o símbolo do movimento, irá se formar a conjunção esperada por décadas de anúncios proféticos. A virgem Teodora, menina-moça, montada em um cavalo branco, surgia escoltada pelos Doze Pares de França. Estrugiam vivas e espocavam foguetes. Após um breve silêncio, ela então transmitia as ordens as quais deveriam ser rigorosamente cumpridas, tanto acerca de assuntos da fé como da manutenção do ajuntamento. Havia, por conseguinte um campo fértil, fecundado pelo desejo de instauração de uma nova ordem, mais sagrada e menos mundana, de natureza messiânica, restauradora da paz e da justiça, que em agosto de 1912 haviam se perdido. Nesse tabuleiro, José Maria era a peça que faltava:

José Maria, o novo guia espiritual, entrou ali apenas com o seu prestígio para reunir o povo. De resto o ritual se inspirava em fontes tradicionais populares: cristãos contra infiéis: Ele, o Pedro Eremita do século XX; os inimigos, os mouros das antigas cavalcadas.

Os Doze Pares de França, os Doze Apóstolos, a sua guarda pessoal, constituíam translúcida reminiscência dos Doze Zeladores estabelecidos para o culto da Santa Cruz e do Senhor do Deserto pelo monge João Maria de Agostini. José Maria nada mais fez do que respeitar os costumes de seu povo, inclusive aquele de se valer dos magos-curandeiros nas suas atribuições (MARES DE SOUZA, 1978, p. 105).

Para melhor examinar os fenômenos relacionados com a Guerra Santa do Contestado, Duglas Teixeira Monteiro divide a história desses fenômenos em três fases distintas: a da *ordem pretérita*, a do *desencantamento* e a do *reencantamento* (MONTEIRO, 2011, p. 22). Portanto, pode-se dizer que em Taquaruçu a nova ordem foi fundada. Que ordem era essa? Tratava-se da ordem do sagrado, que instituíu um reencantamento do mundo e demarcava a separação “entre o mundo de Deus, de Jesus Cristo, de São Sebastião, dos monges, dos que se passaram e dos que esperam, e o mundo de Satanás, ‘de suas obras e de suas pompas’” (MONTEIRO, 2011, p. 175). Para essa nova terra prometida acorria todo tipo de gente: “posseiros, intrusos despejados, desertores, malfeitores procurados pelas Justiça e doentes do corpo e do espírito, nacionais e estrangeiros” (MARES DE SOUZA, 1978, p. 109).

Desse modo, o messianismo viria a funcionar como um elemento organizador das aspirações e demandas de um contingente populacional que tinha sido desterritorializado de sua antiga ordem, assentada sobre relações de compadrio na qual a distribuição dos



papéis sociais, dos bens e dos serviços era guiada por normas tradicionais. Nessa organização pretérita, afirma Teixeira, as “instituições religiosas e as parareligiosas (como o compadrio, por exemplo) garantem a reprodução dessa ordem, expressam e escondem as suas contradições e asseguram o alívio das tensões que geram” (MONTEIRO, 2011, p. 22). Conseqüentemente, nessa antiga ordem estava presente uma unidade ideológica cuja representação mais visível manifestava-se no catolicismo rústico, que era a religião dos fazendeiros e dos agregados e garantia às relações hierárquicas entre eles um consenso que mascarava os aspectos coercitivos. Como exemplifica Monteiro,

Os aspectos materiais mesclam-se com a representação que deles é feita no nível das instituições religiosas e parareligiosas. Assim, o agregado escolhe o fazendeiro como padrinho do filho porque o fazendeiro é seu *patrão*. Ao mesmo tempo, ele é leal a esse patrão porque ele é seu *compadre*. A natureza material das relações de dominação/subordinação está imbricada com as representações sociais não-materiais (MONTEIRO, 2011, p. 22).

Na região do Contestado, com a penetração de empresas capitalistas modernas, dedicadas principalmente às atividades da exploração da madeira, da colonização, da construção da ferrovia e da extração da erva-mate, haverá uma ruptura dessa ordem tradicional, com a quebra da unidade consenso/coerção. O problema era de que essa nova ordem, burguesa, fundada em uma ideologia liberal, inspirada pelos ideais de progresso, de legalidade e cidadania não teve condições de vingar, uma vez que, além da inexistência de instituições como escolas, sindicatos, e partidos políticos, o Estado “fazia sentir sua presença de modo negativo, já que, de maneira indireta, era instrumento dos interesses econômicos que invadiam a área e das oligarquias a eles associada” (MONTEIRO, 2011, p. 23).

O reencantamento que se deu a partir da organização proporcionada pelo messianismo implicava o resgate de valores da ordem pretérita, porém expurgando dela as suas contradições. Uma vez revelada a condição de dominação pela crise instaurada no universo relativamente estável das relações de compadrio, restava aos caboclos o universo simbólico fornecido por sua religião rústica, apoiado em uma tradição de ensinamentos e profecias messiânicas comunicados pelos monges.



O Contragolpe do Coronelato e o Apogeu da Jagunçaria

Finalmente, José Maria, desconhecido e sem influência no início, tornou-se paulatinamente, por forças mágicas, o irmão de São João Maria, o santo vivo, dominando as consciências e as almas dos sertanejos, que viram nele o grande líder para conduzi-los na cruzada conta a farsa anunciada pelo século da liberdade. O século XX se abateu sobre eles como o dragão da maldade. Chegara, portanto, o momento da grande crise mística. Obviamente a sociedade esclarecida nunca compreendeu esse choque de culturas. O narrador do romance de Marés de Souza assevera que “O mundo das torpezas, da ambição, da intriga, o mundo do dinheiro, o mundo sem Deus, jamais compreenderia aquele tosco movimento espiritualista de sertanejos saturados de injustiças e ausência de garantias para uma vida verdadeira humana” (MARES DE SOUZA, 1978, p. 110). É desse entrelaçamento de valores, que se dará o rompimento dos liames que por séculos mantiveram os sertanejos submissos e leais aos coronéis pelo instituto quase sagrado do compadrio. Agora os caboclos, doravante tachados de jagunços “descriam das coisas e dos seres terrenos, estes estereotipados nas figuras do Coronel de Fazenda e do Comissário de Polícia. Os caboclos do Taquaruçu, tal qual os coevos guaranis, procuravam em algum lugar o país da felicidade. O monge José Maria talvez os levasse a esse reino ideal de sonho e de poesia” (MARES DE SOUZA, 1978, p. 110).

Desta forma, José Maria, o monge caboclo, capitaneou esse movimento, sendo logo acusado pelos seus detratores de monarquista e inimigo da república. Tudo porque nos festejos de Taquaruçu alguns trovadores, em remates de desafios de viola, bradaram vivas à monarquia, no que foram acompanhados pelo público por outros viva e salvos de pistolas: “- Vivam os Santos Reis! Viva São Sebastião! Viva São João Maria! Viva seu José Maria, rei do Sertão!” (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 111). Vivaram até o cavalo branco do curandeiro santo. Isso bastou para que esses vivas repercutissem, por meio do Coronel Francisco Albuquerque, chefe político de Curitiba, no congresso catarinense, na câmara dos deputados e no palácio do Catete: “- Os fanáticos do Contestado proclamaram a monarquia no reduto de Taquaruçu!” (MARÉS DE SOUZA, 1978, p. 111). O próprio José Maria, contudo, segundo as fontes, nunca se pronunciou.

A partir daí, como acontece quando alguma liderança desafia e confronta a ordem estabelecida, desencadeou-se a tarefa levada a cabo pelos coronéis locais de difamação do



líder da insurgência cabocla, “seus inimigos e opressores, à custa de telegramas às altas autoridades do Estado e do país, difundiram a sua legenda negra: ele não passava de pandilheiro, estúpido, bronco, espertalhão, lubrico, falso monge, o diabo” (MARES DE SOUZA, 1978, p. 113).

Diante das pressões, com até mesmo o envio de um destacamento policial para expulsá-los de Taquaruçu, o movimento não esperou pelo confronto e a pedido de José Maria se dispersou. Ele abandonou o arraial, seguido por algumas dezenas de seguidores, sacudindo o pó das sandálias ao modo bíblico, enquanto outros como Euzébio Ferreira dos Santos rumou para o vale do Timbó, ao norte; Rocha Alves, Imperador do Divino nos festejos da região, regressou para Perdizes-Grandes; Venuto Baiano foi para as margens de Tamanduá; Elias de Souza para os Campos de São João dos Pobres. Em suma, carregaram consigo o gérmen da revolta para o fundo do sertão.

É importante compreender que esses sertanejos, inofensivos roceiros, por gerações se mantiveram presos por laços quase que indissolúveis garantidos pela religião rustica e pela relação de compadrio. Agora haviam se tornado perigosos comandantes de brigadas, crentes no regresso do líder messiânico, escoltado pelo exército de São Sebastião, que iria comandá-los na Guerra Santa e conduzi-los ao tão sonhado reino de paz e justiça. Essa transformação só foi possível pelo poder da mensagem profética semeada por gerações e pela incompreensão das elites políticas da cultura dos seus subalternos.

Marés de Souza deixa claro em seu romance que os políticos catarinenses tinham interesse em manter a confusão em seu território que passava por um litígio duradouro quanto às suas fronteiras com o estado vizinho e era importante conservar um estado de alerta permanente para as autoridades federais. Já o Paraná, a cada dia criava novos municípios na área disputada, nomeando autoridades que eram repelidas pelo estado vizinho. Nessa disputa, a população cabocla era quem perdia, pois concessões de terra eram dadas a coronéis e empresas exploradoras, sem a menor atenção aos ocupantes, pobres posseiros, criando assim o clima de insurreição, a onda de insegurança e a rapinagem. De forma peremptória, o narrador do romance sentencia:

Foram os coronéis politiqueiros e não os sertanejos que transformaram aqueles vales férteis, aqueles planaltos cheios de luz, próprios para a paz e o trabalho, em terra rubra e maldita.

As cruces semearam-se. O sangue ensopou largos anos a grande região, regada de rios incomparáveis, de campos, de florestas de pinheiros tudo de beleza inexcédível.



Criminosa incompreensão! Paladinos da arte, das letras, da civilização contra sertanejos, abandonados e embrutecidos, fanatizados pelo desespero, ao acicate das perseguições. (MARES DE SOUZA, 1978, p. 116).

Considerações Finais

Com esse libelo, Frederecindo Marés de Souza, reatualiza a história dos movimentos populares camponeses que se insurgiram contra o poder dos coronéis no Brasil, fazendo “explodir o continuum da história”, que segundo Walter Benjamin é constituída de “um passado carregado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 2010, p. 229-30). Segundo Benjamin, articular esses diferentes “agoras” não significa conhecer o passado “como ele de fato foi”, porém “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2010, p. 224), sendo o perigo entendido como o ato de render-se às classes dominantes.

Por muito tempo o historicismo deixou-se dominar pela empatia com os vencedores e é preciso que o cronista que se debruça sobre o passado se esforce para despertar “as centelhas da esperança”, consciente de que “os mortos não estarão em paz se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2010, p. 224-225). Ao nominar os vencedores como “paladinos da arte, das letras e da civilização”, Marés de Souza ironicamente inverte a relação civilização/barbárie, como que querendo dizer que as histórias dos excluídos fazem ecoar na história do Brasil, em explosões sucessivas, gritos marcados pelos mesmos elementos de violência, traição e infâmia perpetrados pela elite branca e letrada contra os despossuídos da terra, da cultura letrada e dos direitos humanos que o Estado brasileiro deveria lhes assegurar. Da Balaiada a Canudos, do Cangaço ao Contestado, a história, quando lida *a contrapelo*, revela as dobras em que esses “agoras” se pregam uns aos outros em um misterioso enredamento.

Referências

AURAS, M. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

AVELAR, L; CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema Político brasileiro**: introdução. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Unesp, 2004.

BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora Fornari Bernardini et al. São Paulo: UNESP: Hucitec, 1988.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2010.



- BURKE, P. **Formas de hacer historia**. Madrid: Alianza, 1991.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CELMER, N. G. **Cães da Província: metaficção historiográfica?** Disponível em <http://www.laab.com.br/pdf/res-caes-c.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2021.
- DUBY, R. et al. **História e nova história**. Trad. Carlos Ferreira. Lisboa: Torema, 1986.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. 2 v.
- GAGNEBIN, J. M. **Memória, história, testemunho. Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- FLECK, G. F. A conquista do “entre-lugar”: a trajetória do romance histórico na América. **Gragoatá**, Niterói, n. 23, p. 149-167, jul./dez. 2007a.)
- FORTUNATO, M. L. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2000
- HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**. Trad. Ricardo Cruz; Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- LIMA, L. C. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LIMA, L. C. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARÉS DE SOUZA, F. Eles não acreditavam na morte: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado. Curitiba: Estante Paranista Nº 8/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1978.
- MENTON, S. **La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Editora da USP, 2011.
- QUEIROZ, M. I. P. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: EUSP, 1965
- QUEIRÓS, M. V. de. **Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RANCIÈRE, J. **Políticas da Escrita**. Editora 34, Rio de Janeiro RJ, 1995.
- SELIGMANN-SILVA, M. **Apresentação da questão. História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Org.: Márcio Seligmann-Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SINZIG, P. **Frei Rogério O.F.M.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1939.
- TONON, E. O poder dos coronéis no movimento do Contestado. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 3, núm. 2, enero-abril, 2011, pp. 264-281
- VOLVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. Trad. Maria J. Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WHITE, H. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth century Europe**. 2. ed. Baltimore: John Hopkins University Press, 1979.

